

## O QUE DIZ A LEI

Atualmente, a licença-maternidade prevista pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), é de 120 dias, cerca de quatro meses. O período traz uma discrepância com a recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde, que é de que o bebê deve receber o aleitamento materno exclusivo até os seis meses, quando se inicia a introdução alimentar.

Depois de retornar ao trabalho, as mães têm direito, durante a jornada de trabalho, a dois descansos de meia hora cada um para amamentar o bebê ou fazer a ordenha. Esse direito é garantido até o bebê completar seis meses de vida.

No entanto, Cinthia Calsinsk, enfermeira obstetra do Boa Hora, programa de acolhimento da Omint Saúde para orientação a mães desde a gravidez até o pós-parto, ressalta que as políticas atuais estão entre os motivos pelos quais apenas 45,8% dos bebês recebem leite materno com exclusividade, de acordo com o Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (Enani).

“As políticas de licença-maternidade, muitas vezes, são inadequadas, com prazos inferiores ao necessário para o aleitamento exclusivo do bebê. Além disso, a ausência de infraestrutura adequada para a extração de leite no ambiente de trabalho contribui para a baixa taxa de amamentação no Brasil”, afirma.

Nos primeiros dez dias, sem saber que existia o que hoje chamamos de pega errada, quando o bebê, por algum motivo, não consegue sugar corretamente o seio, Laura amamentou sentindo uma dor insuportável.

“Eu só continuei porque amamentar era um propósito meu, eu sabia todos os benefícios a curto e longo prazo para meu filho e não podia desistir. Achava que era normal sentir dor e não tinha alguém ali para me dizer que não é. E hoje faço questão de dizer para todas as mulheres que encontro, não é normal sentir dor na amamentação”, reforça.

Depois dos dias iniciais, a dor passou e ela conseguiu seguir o aleitamento com mais tranquilidade. Com os outros dois filhos, tudo seguiu com mais suavidade, e ela acreditou que o problema tinha sido realmente algo normal na primeira amamentação.

Com a chegada da quarta filha, Laura reviveu as dores do início e chegou a um ponto que jamais imaginou. Desde a primeira vez que a bebê mamou, ela sentiu dor. O seio ficou machucado e ela ouvia de familiares e profissionais de saúde que era normal.

Quando a filha tinha menos de uma semana de vida, em uma das mamadas da madrugada, a dor chegou a um ponto crítico. Ao afastar, no impulso, a filha do seio, Laura sentiu uma fisgada e começou a perceber algo pingando em sua perna. Quando ligou a luz, viu que as duas estavam banhadas em sangue. Depois de correr para uma maternidade, onde ninguém sabia muito bem como ajudá-la, Laura teve a sorte de encontrar, por acaso, uma enfermeira que também era consultora de amamentação em uma clínica particular.

“Ela ficou compadecida do meu desespero e veio me ajudar, me levou para uma sala e viu que eu quase tinha perdido meu mamilo. Na mesma hora, usou um laser e a dor parecia ter desaparecido, ela me salvou”, lembra.

## Missão: ajudar

Depois disso, Laura recebeu a ajuda necessária para corrigir o que não funcionava e conseguiu manter a amamentação. Depois de viver essa experiência, escolheu fazer de sua missão levar a informação que não teve para todas as mães possíveis.

Ela defende que todas as maternidades precisam ter. Acredita ainda que o serviço público precisa fornecer mais informações e ajuda para essas mães, sobretudo as de primeira viagem, que não sabem o que esperar.

“Esperei quatro filhos para aprender que não precisa e não deve doer. Imagina quantas mulheres desistem de amamentar por não terem esse apoio, um suporte para que continuem cuidando de seus filhos?, questiona.

Fotos: Arquivo pessoal

**O olhar apaixonado de Letícia, terceira filha de Laura, enquanto mama**

**Laura com Levi no colo e Lucas, seu primogênito**



poderiam ser sanadas, e ela abre mão de algo importante para ela por não conseguir continuar.

“O leite materno é a vacina mais poderosa que você pode ofertar ao seu bebê, e é primordial para a conexão entre mãe e filho. Para que isso seja preservado, essas mulheres precisam de respeito, inclusive, no mercado de trabalho.”

Laura acredita que a sociedade precisa entender que cuidar de um bebê — que se tornará um adulto contribuinte, quando se considera a lógica capitalista do valor de uma nova vida — deve ser um esforço conjunto, e aqui ressalta que cada um pode começar isso diminuindo o olhar de julgamento para quem amamenta em público ou para quem escolheu não amamentar.

Em termos mais práticos, defende o aumento da licença-maternidade para, no mínimo, seis meses, o período recomendado pela OMS como aleitamento exclusivo, e o acesso à consultoria de amamentação nas maternidades. Ela escreveu o livro *Cuide-se pra cuidar*, publicação da Hanoi Editora, no qual divide suas experiências com o intuito de diminuir o número de pessoas que passam por isso.

E Laura ressalta que quando uma mulher decide interromper o aleitamento, independentemente do motivo, o que ela precisa é de acolhimento, não julgamento. Muitas vezes, as causas são dores que